

O Bloco de Esquerda nas Autarquias - Contributos para o Bem-estar Animal

Luís Costa – aderente A8295 | membro da Assembleia de Freguesia da Venteira – Amadora

O Bloco de Esquerda apresentou recentemente na Assembleia da República legislação que protege os animais sencientes, cuja vivência esteja relacionada com os seres humanos e os demais animais sencientes, independentemente da função que desempenham e de terem ou não detentor legal. Esta legislação, a par de outras propostas legislativas, reforça o contributo na defesa e promoção do bem-estar animal que tem estado presente no trabalho político desenvolvido pelo Bloco de Esquerda.

O Poder Local tem o papel interventivo principal na prossecução da legislação em vigor e de medidas que visem garantir o bem-estar dos animais. A garantia da aplicação da actual legislação passa pelo reforço dos serviços camarários e pela adopção de medidas que visem o controlo e a proteção da população animal. A limitação dos recursos, humanos, financeiros e de infraestruturas, os serviços não conseguem garantir a aplicação integral dos regulamentos municipais e da legislação em vigor. Pontualmente, através de campanhas essencialmente de sensibilização procura-se transmitir/educar os municípios para os temas mais sensíveis, higiene urbana e licenciamento de animais.

A realidade urbana mostra-nos que os animais de companhia possuem uma importância significativa na vivência diária das pessoas que os acolhem, e que também sofrem com as carências urbanísticas e de serviços das localidades. Os custos dos cuidados veterinários privados e a ausência de um serviço veterinário municipal para toda a população, a ausência de espaços próprios para actividades com os animais, os custos administrativos no licenciamento de animais e a existência de duas bases de dados nacionais, a ausência de campanhas de sensibilização/fiscalização adequadas às realidades horárias dos municípios, entre outros aspectos, fomentam a incapacidade dos serviços municipais em se adaptarem às necessidades actuais das pessoas e dos animais.

O trabalho político do Bloco de Esquerda na Defesa dos Direitos dos Animais tem sido extenso, sem medo da controvérsia na defesa de todos os animais, do choque com a “(con)tradição” e na procura das melhores soluções legislativas.

As soluções existem mas tem custos. Como em tudo, é uma escolha política sobre onde investir. Combater o abate em canis municipais dinamizando uma política de adopção de animais através de parcerias com a comunidade escolar e com a população local, promover políticas de Recolha, Esterilização e Devolução (RED), apoiar a população economicamente carenciada que por vezes é a que mais acolhe a guarda de animais, criar serviços municipais conjuntos de intervenção, aumentar a capacidade de intervenção dos serviços municipais especialmente na intervenção sobre maus tratos a animais, tornar gratuita a vacinação contra a raiva e a colocação do microchip de identificação mediante o pagamento de licenças para animais e tornando a fiscalização mais severa.

Os custos financeiros são iniciais. A longo prazo ganhamos todos e todas. Menos animais errantes, cidades limpas e com menos gastos na higiene urbana, espaços de lazer para animais, vidas com satisfação.

Existe muito trabalho que pode ser feito pelos e pelas eleitas pelo Bloco de Esquerda nesta luta. Poderão dizer que existem áreas mais importantes e de maior urgência a que devemos dar mais atenção. Mas no Bloco de Esquerda depressa aprendemos que nada nem ninguém

fica para trás. Esta é uma luta que deverá integrar os próximos programas eleitorais autárquicos, seja pelo reforço ou pela repetição da apresentação de propostas.

Propostas

Canis Municipais

O Bloco de Esquerda propõe que o Governo seja activo na promoção de uma política de não abate, reforçando a fiscalização e licenciamento dos centros de recolha oficiais, prevendo meios para a sua capacitação em termos de condições de alojamento e tratamentos médico-veterinários. Muitos canis não têm condições para manter os animais que resgatam das ruas. Muitos dos animais errantes acabam por morrer em acidentes ou de doenças e a sorte dos que são capturados pelos canis não é muito melhor. Para reverter esta situação, é necessário transformar os canis em santuários para animais errantes, geridos em parceria com associações de defesa dos animais e onde se aposta na esterilização em detrimento do abate.

Serviço Veterinário Municipal

Propomos também que os animais a cargo de associações de protecção dos animais ou de detentores em incapacidade económica possam aceder a tratamentos médico-veterinários, nomeadamente a prática de esterilização, a preços simbólicos, nos centros de recolha oficiais.

Recolha, Esterilização e Devolução (RED)

Promoção de programas que envolvam comunidades no cuidado e protecção de animais visando o controlo e bem-estar de animais de companhia, combatendo o problema sobrepopulacional com benefícios para a saúde e vida do animal com intervenção em colónias de animais de rua estabilizadas, instituindo-se o conceito de "cão ou gato comunitário" que garanta a protecção legal dos animais que são cuidados num espaço ou numa via pública limitada cuja guarda, detenção, alimentação e cuidados médico-veterinários são assegurados por uma parte de uma comunidade local de moradores.

Adopção de Animais

Promoção de campanhas de sensibilização contra o abandono dos animais e de incentivo da adopção responsável, e a articulação com a comunidade escolar na promoção do bem-estar animal. Gratuidade na colocação do microchip de identificação, esterilização, licença e vacina contra a raiva para quem adopta animais.

Microchip de Identificação e Vacina contra a raiva

No acto de licenciamento do animal, a colocação do sistema de identificação do animal, esterilização e vacina contra a raiva são gratuitas – com instituição de coimas pesadas na sua ausência. A renovação anual da licença animal apenas obrigará à apresentação do comprovativo da vacinação contra a raiva passado pelo serviço de veterinária público/privado competente para o efeito. Criação de iniciativas legislativas que tornem obrigatório o licenciamento no comércio de animais, a criação do registo do animal online e a correcção das falhas existentes ao nível dos sistemas de registo dos animais, como é o caso do SICAFE, e a adequada articulação entre as bases de dados existentes tendo em vista a constituição de uma única base de dados.

Espectáculos com Animais

Aprovação de legislação municipal que impeça a realização de espectáculos que configurem situações de maus tratos, dor ou sofrimento, em animais instituindo Zonas Livres de Espectáculos com Animais (ZLEA)